

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 19 de agosto de 1999

Viciados em calote

ORDENHA DE RECURSOS PÚBLICOS É CONTRA O INTERESSE COLETIVO

*Marcelo de Paiva Abreu**

Parte significativa da dramática queda de popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso é explicada pela percepção de que os sacrifícios exigidos pela estabilização em termos de queda da atividade e do emprego já não seriam tão justificáveis depois dos tropeços a partir do início do ano. A perda de iniciativa do governo é patente, tornando o clima político, as expectativas empresariais e a credibilidade da política econômica particularmente vulneráveis a declarações de efeito por parte de pescadores de águas turvas. O mote pode ser “política social” ou “política microeconômica”, o que mais interessa é tratar de ocupar os espaços criados pela retração governamental.

A queda de popularidade do Presidente tem, além disto, a sua dinâmica perversa. Quanto mais aguda é a percepção da fraqueza do governo, mais aumenta o apetite dos que dele pretendem extrair tratamento preferencial. As concessões que viabilizaram o fim da greve dos caminhoneiros sinalizaram a possibilidade de sucesso de demandas isonômicas de outros interesses que podem alegar, com ou sem substância, perdas decorrentes das políticas públicas nos últimos anos.

Contribui para agravar este quadro a inexistência de um levantamento realista dos esqueletos do passado que ameaçam direta ou indiretamente as contas públicas. Não há semana que a imprensa não mencione uma nova descoberta de dívida que vai cair no colo do governo federal: atraso de reajuste das tarifas aéreas na década de oitenta, apólices da República Velha, terreno onde se construiu o aeroporto internacional do Rio de Janeiro, e por aí afora. O projeto de reforma tributária e as declarações ministeriais sugerem a consolidação de abomináveis distorções como a Zona Franca de Manaus e até mesmo a criação de novas regalias fiscais atendendo setores com lobbies de maior poder de fogo.

Para que o País tenha efetivas possibilidades de retomar o crescimento, em prazo não muito distante, mantendo a estabilização, é essencial que esta situação política, que lembra a caça à raposa, seja revertida. Não há dúvida de que é mais fácil dizer do que fazer. As características pessoais do Presidente são mais próximas às que a raposa pode exibir quando não está sendo perseguida por matilha de *fox hounds* e cavaleiros enlouquecidos: capacidade de contornar obstáculos e de evitar confrontos diretos. Mas não será afirmando que “só bobo briga” que a iniciativa política será retomada pelo Planalto. A matreirice terá que ser substituída por virtudes mais belicosas. É difícil

imaginar o que poderia ocorrer nos três anos que nos separam da nova eleição presidencial se a paralisia do Planalto se perpetuar.

Apresenta-se a oportunidade de o governo virar o jogo. O projetado assalto aos cofres públicos pelos agricultores que devem ao Banco do Brasil conflita frontalmente com os objetivos de ajuste fiscal. Nem um argumento semi-decente baseado em equidade parece defensável, dado que 10% dos devedores concentram não menos de 90% do débito total. Uma nova capitulação do governo corre o risco de estumar irremediavelmente todos os lobbies setoriais postos de molho nos últimos anos. O governo percebido como vaca de leite será atacado implacavelmente com o clássico “também quero”. Ironicamente, não é desprezível a ocorrência nos arraiais mais fisiológicos da coalizão (sic) governamental a convivência de súbita sensibilidade social com a pressão por mais uma concessão a agricultores ricos e endividados com a Viúva.

A pressão do *lobby* agrícola tem outras consequências nefastas, em um momento em que a expansão das exportações tem importância crucial. A estratégia negociadora brasileira na próxima Rodada do Milênio, no que diz respeito a tarifas e barreiras não-tarifárias, no âmbito da Organização Mundial de Comércio, baseia-se na prioridade da redução da proteção à agricultura nos principais mercados de exportação do Brasil. Para tornar esta postura de *demandeur* agrícola minimamente crível é essencial que o Brasil se apresente nas negociações multilaterais como legítimo *fair trader*, membro de primeira hora da coalizão de Cairns que defende a prioridade do desmantelamento do protecionismo agrícola. Não se entende bem como o governo poderá conciliar mais uma anistia das dívidas da agricultura com a sua estratégia comercial multilateral.

Os interesses da agricultura brasileira melhor fariam se tratassem de criar condições para que as idéias liberalizantes do Brasil prosperem, ao mesmo tempo pressionando o governo para que refine os mecanismos de defesa comercial, especialmente importantes no caso de produtos agrícolas. Mas talvez seja pedir demais de um governo que tem um Ministro da Agricultura que considera o esforço de liberalização comercial no Brasil durante a década de noventa uma “tese de faculdade” e que parece ter saudades da época da produção subsidiada de trigo vendido no mercado interno ao dobro do preço do mercado internacional. A única coisa boa que se ouviu em relação a este assunto rebarbativo foi a declaração do Senhor Luiz Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira, de que há um segmento relevante na agricultura brasileira que “não é viciado em dar calote na Viúva”. O governo deve privilegiar estes interlocutores no processo de desintoxicação dos viciados em calote e retomar a iniciativa política perdida desde o início do segundo mandato do Presidente.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.